

A CAÇADA OPORTUNISTA NA VÉSPERA DO VOTO

A uma semana da eleição, o governo anuncia que quer proibir as bets.

As mesmas casas de apostas que ele regulamentou, taxou e transformou em fonte de receita.

O movimento é simples de descrever — e difícil de engolir, sem ironia. Em 2023, a atividade ganhou regras, licenças e tributação. O governo cobrou outorgas milionárias para deixar as casas operarem. E o dinheiro começou a entrar no caixa. Em 2025, segundo a Receita Federal, a arrecadação com apostas esportivas chegou a R\$ 9 bilhões. Em 2026, só no primeiro semestre, outros R\$ 7,3 bilhões entraram nos cofres. Dinheiro que foi contabilizado e usado para fechar contas.

Enquanto o caixa engordava, o tigrinho, o ratinho e o dragãozinho se instalavam no celular de milhões de brasileiros. O jogo deixou de ser periferia e virou hábito doméstico. O salário sumia, a dívida crescia, o vício se espalhava. Ninguém travou o fluxo. Ninguém questionou o modelo. O governo cobrava imposto e fingia que o problema não existia.

Hoje o discurso muda de tom. O mesmo setor que foi autorizado, regulado e tributado vira, de repente, um perigo urgente à família brasileira. A urgência, claro, aparece exatamente quando faltam nove dias para o primeiro turno. Até a imprensa — tão generosa com o poder em tempos normais — registra o óbvio: a medida faz parte da estratégia eleitoral da reta final. Quando até os acomodados notam o calendário, a farsa fica exposta.

A contradição grita. Se as bets representam tamanho risco, por que a resposta só chega agora? O endividamento não começou nesta semana. Os relatos de dependência e ruína familiar já existiam enquanto o governo recolhia bilhões. A moral de última hora parece mais um cálculo que uma virtude.

E sobra a pergunta que o anúncio prefere esquecer: e as outras?

As plataformas que nunca pediram licença, nunca pagaram um centavo de imposto e nunca se submeteram a nenhuma regra brasileira. Vão desaparecer por decreto? Ou simplesmente mudarão de domínio, de servidor e de forma de pagamento, continuando acessíveis a quem quiser?

Proibir o legal sem capacidade de bloquear o ilegal não elimina o problema. Apenas empurra o apostador para um ambiente ainda mais sujo, sem fiscalização e sem qualquer proteção. Fecha-se a porta visível e deixa-se a clandestina aberta.

E há outra pergunta que ninguém no governo quer responder em alto e bom som: quem controla essas plataformas ilegais? Quem movimenta o dinheiro que nunca passou pela Receita? Quem lucra com um mercado que não recolhe imposto e não presta contas a ninguém? O tigrinho que está longe dos olhos, o que opera sem CNPJ e sem remorso, não precisa de autorização oficial para continuar mordendo e, muito provavelmente, está nas mãos do crime organizado. Nas mãos daqueles “nossos criminosos que não são terroristas”!.

O que se vê é uma sequência clinicamente conveniente. O governo regulamentou, arrecadou bilhões e conviveu em silêncio com a expansão do vício. Depois, na reta final da disputa eleitoral, transformou a proibição em bandeira urgente de um problema que ele próprio alimentou. A arrecadação ficou nos cofres. O endividamento ficou nas casas. E as plataformas clandestinas seguem operando como se nada tivesse acontecido.

O vício não começou ontem e a fantasia de caçador, vestida às pressas na véspera do voto, não engana quem prestou atenção o tempo todo.

- **Guinada eleitoral:** A proibição das bets surge às vésperas da eleição, depois da regulamentação, tributação e arrecadação bilionária do setor.
- **Custo social:** A expansão das apostas acompanha endividamento, dependência e prejuízos familiares enquanto o governo arrecada com a atividade.
- **Mercado clandestino:** A proibição das plataformas legais mantém aberta a questão das operações ilegais, sem tributação, fiscalização ou proteção ao apostador.

